



## O Cidadão entre a comunicação comunitária e os direitos humanos <sup>1</sup>

SOUZA, Renata<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ

**Resumo:** O presente artigo versa sobre o cotidiano de um jornal comunitário, chamado *O Cidadão*, que há mais de uma década estabelece um vínculo comunicacional com cerca de 130 mil moradores do Complexo da Maré, favela geograficamente localizada na Zona da Leopoldina do Rio de Janeiro. A ideia é constituir uma abordagem que dê conta da reflexão de suas perspectivas ideológicas, pedagógicas e políticas no que tange às questões dos direitos humanos no campo da comunicação comunitária. O estudo pretende ilustrar como essas perspectivas podem conduzir a uma experiência ímpar na práxis da comunicação militante em busca da transformação social e dos direitos humanos. A partir do estudo etnográfico com base na pesquisa-ação, o artigo trabalhou conceitos pertinentes à análise e à pesquisa empírica.

**Palavras-chave:** O Cidadão; Maré; Direitos humanos; Contra-hegemonia

O artigo que se apresenta explora os dez anos do jornal comunitário *O Cidadão*<sup>3</sup> e sua trajetória ideológica, pedagógica e política na defesa dos direitos humanos no campo comunicacional do Complexo de Favelas da Maré. Idealizado em 1999, pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), *O Cidadão* se destaca pela larga tiragem, de 20 mil exemplares, impressos no parque gráfico da editora Ediouro, e por sua durabilidade, já que os meios de comunicação nascidos com este mesmo

---

1 Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

2 Renata da Silva Souza é doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e desenvolve sua pesquisa na linha Mídia e Mediações Sociais. Jornalista e Publicitária formada pela PUC-Rio, entre 2001 e 2012, atuou no jornal comunitário “O Cidadão”, do Complexo da Maré. Desde 2007 trabalha como assessora parlamentar de comunicação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Contatos pelo e-mail [renatasouza.ufrj@gmail.com](mailto:renatasouza.ufrj@gmail.com)

<sup>3</sup> *O Cidadão* é um jornal produzido por moradores do Complexo da Maré. Seus exemplares eram distribuídos gratuitamente nas 16 favelas que compõe o Complexo, mas sua periodicidade bimestral encontra-se suspensa desde o ano de 2011.

objetivo se caracterizam por uma vida útil limitada, em decorrência da falta de recursos para sua manutenção. Pretende-se analisar de que maneira este veículo comunitário se insere no cotidiano dos 130 mil habitantes, dados do Censo Maré 2000, do Complexo da Maré e se contribui para uma práxis contra-hegemônica de comunicação comunitária.

O artigo toma como base o estudo realizado pela autora no curso de seu mestrado, entre 2009 e 2011, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desse modo, a partir dos métodos de observação participante e de pesquisa-ação de Paulo Freire, a análise do objeto pesquisado ambiciona apresentar elementos característicos à vivência da própria autora. Nascida há 30 anos no Complexo de Favelas da Maré, na Nova Holanda, a autora identifica em seu cotidiano as consequências do abismo comunicacional existente entre a comunidade, configurada nos estigmas impostos à favela, e a cidade, aquela que rejeita a favela. “Uma cidade partida”, como diagnosticou Zuenir Ventura? Ou uma “cidade cerzida”, como salientou Adair Rocha? “Uma cidade favela” melhor expressaria essas contradições já que ao mesmo tempo em que traz consigo o ranço da ojeriza ao pobre, se vale da pobreza para lucrar e receber visibilidade internacional. Como, em 1996, na gravação do clipe “They don’t care about us” (“Eles não ligam pra gente”), do cantor Michael Jackson, no Morro Santa Marta, na Zona Sul do Rio; ou na visita do Príncipe de Gales e da Duquesa da Cornualha ao Complexo da Maré, em 2009.

### **Rio do *bios* midiático**

Assim, nos termos de Sodré e Paiva (2004), o “olhar das lentes comunicacionais”, corporificado na mídia de entretenimento que tem como principal veículo a televisão, revela o *bios* artificial e midiático por meio de uma resignificação da ambiência popular convertida em uma paisagem meramente virtual. No Rio de Janeiro “quase todo mundo se sente ‘artista’ ou próximo de um artista, a celebridade é experimentada como um novo tipo de mediação social”. No entanto, neste cenário real e virtual, quando o artista real volta para o seu lugar e as lentes se fecham, os pobres reais encarnam o papel da miséria e da violência a partir da lente midiática do “mito das classes perigosas” (COIMBRA, 2001). Portanto, essas classes são imagetivamente suportadas enquanto os holofotes estão acesos, mas ao apagar das luzes, a tolerância é convertida em intolerância e agressão.

Diante do quadro descrito, é mais do que necessária e urgente a democratização dos meios de comunicação e o presente artigo pretende desvendar, por meio do cotidiano do jornal comunitário *O Cidadão*, de que maneira suas perspectivas ideológicas, pedagógicas e políticas na defesa dos direitos humanos no campo da comunicação comunitária se inserem no *bios* midiático. O artigo almeja elucidar como essas perspectivas podem conduzir a uma experiência ímpar na práxis da comunicação militante em busca da transformação social e da defesa da vida.

Ao figurar como um dos principais aparelhos de hegemonia, a mídia comercial se caracteriza como agente difusor da ideologia do mercado neoliberal como valor universal. Assim, os campos ideológicos, culturais e políticos são capitaneados pela expansão das indústrias da informação e do entretenimento, tornando inviável qualquer contestação à ordem estabelecida pelo capitalismo global. Essa lógica pode ser subvertida pela atuação dos meios contra-hegemônicos baseados na articulação alternativa e comunitária. Por isso, identificamos o papel da comunicação comunitária como promotora da justiça social por meio de seu comprometimento político com a conscientização da situação histórica dos sujeitos excluídos do mercado, aqueles que não consomem, ou não consomem o suficiente para serem respeitados. É neste contexto que o objeto desta análise, o jornal *O Cidadão*, atua na luta contra-hegemônica.

Antes de ingressarmos propriamente nas questões relativas ao objeto de estudo, cabe estabelecer um recorte político e social sobre o lócus geográfico e comunicacional em que *O Cidadão* está inserido. O Rio de Janeiro, que historicamente foi governado por autoridades que se valeram de estratégias de segregação e embelezamento calcadas na remoção compulsória dos pobres, encontra-se às vésperas da chegada de esportistas e turistas da Copa do Mundo, em 2014; e dos Jogos Olímpicos, em 2016. Como ocorreu em outros lugares do mundo que sediaram eventos do mesmo porte, muitas comunidades estão sendo removidos arbitrariamente pelo governo para dar lugar às novas vias ou aparelhos para os jogos esportivos, mesmo diante das incontáveis denúncias de violações de direitos humanos apresentadas por órgãos internacionais. No quesito segurança pública, foram implantadas Unidades de Polícia Pacificadora em favelas que estão localizadas em áreas hoteleiras, Zona Sul, ou em vias de acesso ao aeroporto, Zona Norte. No entanto, segundo estatísticas do Instituto de Pesquisa de Segurança Pública (ISP), ainda se mantém elevada a taxa de homicídios em situações

obscuras nas favelas cariocas. O ISP constatou que, entre 1998 e 2009, 10.216 pessoas foram mortas no estado em incidentes registrados como “auto de resistência”, ou seja, quando, supostamente, a vítima resiste à prisão. Somente em 2009 foram identificados 1.048 assassinatos em supostos “auto de resistência”. Tais homicídios, por configurarem “auto de resistência”, não foram devidamente investigados e não há registro de ações judiciais.

Há de fato um momento oportuno para se processar de maneira latente a criminalização da pobreza, da favela e de seus moradores. Ao se observar a ineficiência no poder público em sanar os problemas protagonizados pelo crescimento urbano, o pobre é encarado pelos governantes como o culpado por todas as dificuldades enfrentadas pela cidade. E o papel da mídia comercial neste quesito é o de estigmatizar, estimular o ódio e apontar o inimigo número um da sociedade. É neste contexto que o Complexo de Favelas da Maré está imbricado, embora não corra o risco de remoção já que seria inexequível remover mais de 130 mil habitantes, muros já foram erguidos ao seu entorno e uma Unidade de Polícia Pacificadora já está prevista para ser implantada no local. Isto porque a Maré se localiza entre as principais vias da cidade, como a Avenida Brasil e as linhas Amarela e Vermelha. Esta última dá acesso ao Aeroporto Internacional Tom Jobim. Segregar a comunidade com um muro de concreto é mais do que estratégico para torná-la invisível aos olhos dos visitantes internacionais.

Desse modo, as entidades não-governamentais são decisivas para tentar orientar projetos que viabilizem políticas públicas de inclusão social. É assim que surge o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), ONG responsável pela criação do jornal comunitário *O Cidadão*, com a principal proposta pedagógica de inserir jovens das favelas em universidades, por meio do curso pré-vestibular comunitário. O Ceasm, inaugurado em 1998, foi idealizado por moradores e ex-moradores que se notabilizaram por uma trajetória marcada pela mobilização social e pelo ingresso ao ensino superior. O questionamento sobre o acesso restrito de jovens pobres à universidade fez com que o grupo voltasse seus esforços para a implementação do Curso Pré-Vestibular da Maré (CPV). Com o alto percentual de aprovação no vestibular das principais universidades públicas, o Ceasm demonstrou sua relevância sociopedagógica e deu visibilidade à Maré. A autora desse artigo foi aluna do Ceasm.

Ao retomar à questão da concentração dos meios de comunicação no Rio de Janeiro, observa-se que a cobertura jornalística reafirma estereótipos, pré-conceitos e

impõe pré-julgamentos sobre as favelas e seus moradores. O monopólio da comunicação no estado é caracterizado pela apropriação midiática da família Marinho, mas não sem resistência. Tanto que o Rio tem se notabilizado pelo surgimento de iniciativas midiáticas nas favelas que reivindicam o direito de voz e enfatizam a atuação mobilizadora, como o jornal *O Cidadão*.

Paiva (2003) acredita que os veículos de comunicação alternativos emergem para o combate social quando grandes redes de informação passam a monopolizar a versão pública sobre os fatos e a verdade. Defende ainda que o aparecimento de novas propostas de comunicação se dá a partir da padronização do enfoque e da impregnação pelo consumo praticado pelas grandes empresas de comunicação.

De fato, o acesso a algumas parcelas do processo informativo, principalmente impresso e oral, torna-se mais amplo, numa perspectiva de democratização. No entanto, cada vez mais os veículos concentram-se em poucas mãos. E isso, apesar de as populações que até então estavam à margem conseguirem ter acesso e poderem divulgar suas mensagens, muitas vezes produzindo elas mesmas seus veículos de comunicação. Assim, não obstante a ampliação no quadro de emissores, isso não assegura que os veículos e processos tornem-se comunitários (PAIVA, 2003:135).

Desse modo, fica explícito que o papel da comunicação comunitária, além de transpor as barreiras impostas pela comunicação hegemônica, é ainda mais complexo. Entretanto, segundo Paiva, a principal premissa da comunicação contra-hegemônica, antes de qualquer outra, é o comprometimento político, já que estes mesmos veículos são capazes de propor e incentivar políticas públicas focais para o espaço nos quais atuam.

O discurso criado por esses agentes comunicacionais e já estabelecido nos diferentes meios citados, como defende o filósofo da linguagem Bakhtin, é ideológico. Isto porque, constrói o mundo e não somente o espelha. Tal discurso é polifônico, prevê muitas vozes, e dialógico, que permite o diálogo baseado no tempo e no espaço. Portanto, a mídia se caracteriza como o palco das práticas discursivas hegemônicas, como observa Gramsci, o que sugere essencialmente uma contra-hegemonia. E é calcado nessa disputa contra-hegemônica, de significação da realidade social, o jornal comunitário *O Cidadão* se insere.

## **Comunicação comunitária do *Cidadão***

*O Cidadão* nega o trinômio imparcialidade-isenção-neutralidade, falácia amplamente divulgada pelas corporações midiáticas. Sua cobertura se caracteriza pela defesa dos moradores das comunidades, mesmo que haja nas reportagens o cuidado necessário para o equilíbrio entre as posições de fontes divergentes. O processo de transição editorial do jornal, ocorrido a partir de 2006, sobre o qual foi adicionada a prerrogativa do desempenho político e pedagógico na defesa dos direitos humanos, gerou divergência interna que desembocou no início da desestruturação da equipe. Antes da renovação do projeto editorial, o jornal se caracterizava pela cobertura de temas prioritariamente ligados à identidade e cultura local. O levantamento quantitativo realizado pela autora, revelou que dos 61 exemplares que foram publicados em 10 anos de existência, 1999 a 2009, a maior parte das reportagens publicadas esteve alinhada com o projeto editorial. Verificou-se que mais de 25% (16) de suas reportagens de capa, que tem como objetivo promover uma reflexão crítica sobre o assunto em evidência, tematizaram a questão cultural e de identidade em diferentes aspectos. Ora ressaltando os espetáculos e iniciativas artísticas propriamente ditas, ora resgatando a identidade local a partir de abordagens sobre a cultura nordestina, tão difundida no bairro. Há ainda as reflexões em busca do entendimento do que representa a Maré na cidade, além do que é ser um mareense, termo inventado pelo jornal *O Cidadão* para qualificar os moradores da Maré.

Chega aos 20% (12) as discussões relacionadas à precariedade ou à ausência de serviços essenciais como habitação, educação, saneamento básico, saúde e transporte. Já os temas relacionados à política do país e seus impactos na favela, com conteúdos sobre o cotidiano, como o crescimento desordenado do comércio local e a precariedade de serviços não-essenciais, somam mais de 15% (10) de suas publicações. Neste quesito, há ênfase para a avaliação dos moradores do governo Lula e para as disputas eleitorais no bairro, com destaque para o debate promovido pelo próprio *O Cidadão* entre candidatos a vereador em 2000. Temas como religião, terceira idade, juventude, mulher, raça e comportamento quantificam, aproximadamente, 15% (9). O restante, mais de 20% (14), são textos esporádicos sobre esporte, meio ambiente, economia doméstica e internacional.

Este breve levantamento expõe a omissão de debates relacionados à segurança pública e aos direitos humanos, uma opção por conta do medo dos repórteres em tratar

de assuntos relacionados ao tráfico de drogas e à polícia militar. No entanto, a partir de seu sexto ano de existência, esses temas passam a ser debatidos na redação com maior ênfase. Desse modo, foi inevitável acoplá-los ao projeto editorial do jornal que foi se modificando de maneira quase que natural, a partir do dia-a-dia da Maré.

O extinto Observatório Social da Maré, entre 28 de julho e 2 de agosto de 2003, realizou uma sondagem de opinião sobre diferentes níveis de percepção da população em relação ao *Cidadão* e ao Ceasm. Com uma margem de segurança de 95%, a amostragem atingiu toda a população da Maré. Foram levantados dados diversos, como o número de leitores, suas preferências sobre o jornal, o nível de conhecimento que os moradores tinham do Ceasm e de seus projetos.

A pesquisa mostrou que 34,8% da população lêem habitualmente *O Cidadão* e 17% lêem de vez em quando. É um número expressivo, segundo Esteves, já que são 20 mil exemplares de jornal para 132 mil moradores. “Esses dados revelam ainda que o jornal *O Cidadão*, que não tem uma lógica pautada na produção da cultura como mercadoria, é capaz de disputar um espaço com o poder da indústria cultural” (SOUZA, 2007:29), que, como defendem Adorno e Horkheimer, fornece bens padronizados para que as demandas sejam satisfeitas.

Nas regiões onde existem sedes do Ceasm, o número de leitores assíduos é maior. Outros dados, não menos importantes, também revelaram a identificação dos moradores com o jornal, são eles: 84,5% dos moradores que já leram o jornal e acham que ele trata dos assuntos do dia-a-dia da Maré. Em geral, porque mostra a realidade e fala dos acontecimentos da Maré (47,6%). 84,3% dos leitores consideram *O Cidadão* um jornal de fácil entendimento, o que, segundo Esteves, significa uma vitória para o veículo impresso de natureza política num espaço marcado por uma ambiência cultural não literário, pois sinaliza que boa parte das estratégias empregadas pelo jornal teve êxito (ESTEVES, 2004:144).

Esta sondagem revela ainda que 2,7% de seus leitores não gostam de ler assuntos sobre violência, a pesar de o tema ser pouco explorado pelo jornal. Ao serem indagados sobre o que deveria ser incluído em *O Cidadão*, apenas 0,5% dos entrevistados apontaram que o jornal deveria abordar assuntos sobre direitos humanos. E, enquanto 84,5% dos moradores identificaram que o veículo em questão trata de assuntos do dia-a-dia da Maré, porém, outros 8,8% acham que não. Deste percentual, 8,2% observam que a publicação não aborda temas como violência e tráfico de drogas. O levantamento, apesar de representar uma análise antiga do ponto de vista temporal,

revela que os assuntos violência e direitos humanos não atraem os leitores de *O Cidadão*. Mas, no cotidiano do jornal, foi possível perceber que a implantação do veículo blindado conhecido como “caveirão” na política pública de Segurança do estado, no mandato da governadora Rosinha Garotinho (2003 a 2006), representou um divisor de águas. A violência imposta pelo toque de recolher e a opressão do caveirão fizeram com que os moradores pedissem que o assunto fosse tratado. Em uma das distribuições do jornal, em 2005, um morador indagou porque o jornal não falava do caveirão. Desse modo, o assunto começou a ser debatido nas reuniões de pauta.

### **Direito humano do *Cidadão***

A transição para o novo projeto editorial aconteceu atrelada a triste realidade da Maré. Ao projeto editorial de *O Cidadão* foi adicionadas a necessária atuação política e pedagógica na defesa dos direitos humanos e de uma política de segurança pública que garanta o direito à vida. A atualização foi motivo de grande divergência na equipe do jornal. Esta mudança encontrou tanta divergência que parte da equipe se afastou do jornal, descontente com a nova possibilidade de inserção no campo comunicacional e político. Nesta nova configuração, temas que eram quase ignorados, ou mesmo evitados, passaram a ser explorados.

Na história recente de *O Cidadão*, a equipe de trabalho sempre foi constituída por jovens oriundos de diferentes projetos do Ceasm. No início, a equipe, formada por pessoas que frequentavam o pré-vestibular comunitário, era orientada pelo então editor André Esteves, jornalista pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da UFRJ, única pessoa da equipe que não residia na Maré. Em diferentes momentos, os jovens passaram no vestibular e frequentaram cursos de Pedagogia, Letras, Jornalismo, Publicidade e Matemática. Surgiu daí uma riqueza de debates. Além de o jornal dispor de pessoas que moram na Maré, essa pluralidade de conhecimento foi fruto de pautas e discussões das mais variadas possíveis. No entanto, depois do afastamento de André Esteves da edição do jornal, em 2004, as divergências de opinião sobre a condução editorial do jornal se tornaram mais intensas.

A opção por não fazer um debate objetivo sobre o cotidiano violento da Maré deu-se, nos primeiros cinco anos do jornal, por questões práticas e até de sobrevivência dos próprios integrantes da equipe, que temiam tanto a violência imposta pelo tráfico de drogas quanto a violência policial. No entanto, ocorreram tentativas de aproximação com o tema a partir de estratégias de analogias como ocorreu na edição de abril de



2003, intitulada: “Invasão ao Iraque – linhas que ligam a Maré ao Oriente Médio”. A ideia, calcada nos ensinamentos pedagógicos de Paulo Freire, era a de identificar a “palavra-mundo” que possibilitasse ao morador fazer a conexão entre a guerra no Iraque e a sua própria vida. Na reportagem, “a palavra-mundo era: *EUA-impulsiona-indústrias-de-armas-de-alto-poder-de-destruição-que-acaba-nas-mãos-do-tráfico-na-porta-da-minha-casa*. Contudo, em lugar nenhum se disse: tráfico na Maré” (ESTEVES, 2004, p.132).

A estratégia foi válida e obteve êxito, como destacou Esteves: “Poucos dias após a distribuição do *Cidadão*, uma moradora telefonou para a redação. (...) E disse: *Parabéns por vocês terem conseguido tocar na questão, pela coragem... o texto tava muito bom...*” (Idem, 2004, p. 133). No entanto, a reportagem não conseguiu preencher o vácuo sobre o debate da segurança pública, já que se furtou a trabalhar de maneira concreta e objetiva uma crítica sobre as políticas executadas pelo governo do Estado. Entretanto, há que se observar que esse tema sempre foi polêmico na equipe e um dilema para o próprio Ceasm porque “qualquer conflito direto com as empresas militarizadas do tráfico atuantes no bairro inviabilizaria qualquer projeto de atuação local” (Ibidem, p. 134).

O primeiro sinal de que a violência da Maré não poderia mais ser omitida pelo jornal *O Cidadão* aconteceu na ocasião da publicação, em 2006, de uma reportagem de capa que discutia segurança pública. Já na reunião de pauta para a construção deste tema houve uma sensível divergência na equipe sobre a condução editorial de seu conteúdo. Na ocasião, a autora que vos escreve era a então editora do jornal. Por isso, na reunião em questão, argumentava que o “caveirão” seria a imagem perfeita do autoritarismo, da criminalização e da opressão que os moradores da Maré poderiam visualizar como a política de segurança do estado. Para resolver a questão, a equipe que discordava de tal argumento foi às ruas ouvir os moradores, enquanto o restante tratava de colher entrevistas com estudiosos sobre o assunto. O resultado foi que encontraram nas ruas justamente na fala dos moradores o reconhecimento de que o caveirão era o principal retrato do modelo de segurança do Rio. E assim foi construída a reportagem.

Mas outras divergências surgiram quando decidiu usar a imagem do “caveirão” na capa do jornal. Neste momento, peço licença ao leitor para utilizar o texto em primeira pessoa. Na verdade, como editora, escolhi o postal feito pela Anistia Internacional na “Campanha contra o caveirão”. O principal argumento contrário era relativo aos riscos de vida que a equipe poderia correr por causa de uma possível

retaliação policial, já que o postal exibia a imagem de policiais ao lado do caveirão. Então, para mediar o conflito, os policiais foram retirados da imagem e a manchete “Quem vai levar a sua alma?” foi usada em referência à frase que o veículo blindado ecoa em um autofalante: “Vim buscar a sua alma”. Além disso, foi deixada em evidência propositalmente a placa do veículo da montadora Ford. Neste caso, outra divergência mais incrível veio à tona, a então coordenação do jornal argumentou que *O Cidadão* não poderia exibir a placa da Ford por conta de uma hipotética oportunidade de o jornal ser financiado pela Fundação Ford. Neste momento, avaliei que não seria mais editora de um jornal comunitário que pusesse uma empresa à frente dos interesses da população da comunidade. Omitir dos mareenses que a Ford é a produtora do caveirão realmente contradiz o que seria o perfil de um jornal comunitário, como atesta Raquel Paiva ao citar Ciro Marcondes:

O jornalismo comunitário é o meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade, e realiza os fins a que ela se propõe (...). Um jornal comunitário é elaborado por membros da comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo (MARCONDES, *apud* PAIVA, 2003:136).

Depois de muita mediação, a logo da Ford foi mantida na capa do jornal e a edição do jornal esgotou. A distribuição foi especialmente emocionante, as pessoas pediam o jornal nas ruas, porque “o destaque aos assuntos é dado em função da sua importância para o grupo social, numa relação direta com o cotidiano das pessoas” (PAIVA, 2003:139) e *O Cidadão* cumpriu este papel. Na ocasião, chegaram à redação cartas com elogios ao jornal por ter abordado o assunto:

“Vocês estão de parabéns. Adorei a edição 44, principalmente o editorial falando do que passamos com a violência. Percebi que vocês se preocupam com a nossa realidade. Pois hoje o nosso direito de ir e vir está sendo violado. Em um simples dia de domingo não se pode ter lazer, pois somos importunados pelo” Caveirão “. Isso ocorre por culpa de um governo fraco e sem qualidade”, disse o morador da comunidade Salsa e Merengue, Oroandi Teixeira (O CIDADÃO, 2006, nº45:22).

O editorial da edição 44, intitulado “Respeito e dignidade”, ilustra o descaso do Estado com relação às necessidades básicas dos moradores de favelas. Ao criticar a

postura do poder estabelecido, há a cobrança de uma política de segurança pública calcada na promoção e garantia do direito humano mais fundamental que é a vida. O editorial também ensaia uma crítica contundente aos meios de comunicação. Enfatiza o fato de, ao cobrirem os assuntos relacionados à violência, tratarem como se fossem mercadorias que rendem apenas pontos no Ibope, já que o debate feito se caracteriza como superficial e descontextualizado. “Exemplo disso foi o documentário ‘Falcões: meninos do tráfico’ exibido pela Rede Globo, no programa Fantástico, onde novelistas comentaram o assunto como se aquele fato fosse uma ficção e não uma realidade” (Idem, 2006, nº 44:2). A estratégia do olhar crítico sobre os meios de comunicação, também utilizada como ferramenta de amadurecimento do projeto editorial, se apresenta como uma constante a partir desta edição.

### ***O Cidadão* assessor de imprensa**

O segundo grande marco para o jornal *O Cidadão* se deu durante uma verdadeira tragédia. Na manhã de 4 de dezembro de 2008, meu telefone tocou com a então editora, Gizele Martins, do outro lado da linha, chorando. Ela dizia que uma criança fora assassinada pela polícia e que iria com o repórter Douglas Baptista para a redação enviar uma nota para algumas redes de jornalistas populares com a versão dos moradores sobre o caso. A vítima era Matheus Rodrigues, de 8 anos, filho de Gracilene, auxiliar de serviços gerais no Museu da Maré. Matheus fora mais uma vítima da excessiva omissão do Estado. Na manhã de sua morte voltara da escola antes da hora, porque não tinha professor para lhe dar aula. Ao chegar em casa, pediu ao tio R\$ 1 para comprar pão. Foi alvejado na cabeça, com um tiro de fuzil, quando abriu o portão. Vizinhos garantem, que na hora, não havia troca de tiros com traficantes e que os policiais se assustaram quando o menino abriu a porta. A trágica cena nunca irá sair da minha cabeça. Uma criança ensangüentada no chão com a moedinha de R\$ 1 na mão, imagem que foi estampada em alguns jornais populares na época.

Depois de apurar melhor as informações, resolvemos enviar outra nota, mais consistente, para a imprensa inteira, dessa vez com nossos contatos e nossa identificação como repórteres de *O Cidadão*. Desde então, nossos telefones não pararam de tocar. Nossa maior felicidade foi divulgar a versão dos moradores, já que a polícia contou uma história diferente, a dita “versão oficial”, de que o menino teria sido atingido por traficantes em uma troca de tiros e que, motivados por esses mesmos traficantes, os moradores fizeram uma manifestação, atrapalhando o trânsito da Linha Vermelha. *O*

*Cidadão* conseguiu que as duas versões fossem contrapostas nos jornais de grande circulação.

O fato de *O Cidadão* tentar inserir a versão dos moradores na mídia hegemônica se constituiu em uma tarefa ao mesmo tempo polêmica e revolucionária para os repórteres. A partir do momento que foram enviadas notas para a imprensa com a versão dos moradores sobre o assassinato de Matheus e anexamos os telefones pessoais para possíveis esclarecimentos, o jornal se expôs como assessor de imprensa da Maré. Assim entenderam os jornalistas que cobrem, em diferentes veículos, os assuntos relacionados à violência e à criminalidade, a famosa geral. Por vezes, a equipe lida com jornalistas pedindo contatos de fontes para diversos assuntos. Há bônus e ônus nessa relação com a imprensa comercial.

Os jornalistas passaram a procurar o jornal *O Cidadão* para fazer a ponte entre eles e os parentes da vítima. Na ocasião, a estratégia era dar a maior visibilidade possível na imprensa para o assassinato da criança e pressionar o governo estadual para a punição dos policiais que executaram a ação. Mas sugeriram matérias com comentários grosseiros e preconceituosos em relação à família. Em alguns textos, criticavam o fato de a mãe ter deixado o filho sair para comprar pão sozinho, em outros, distorciam o depoimento dado pela mãe. Certa vez, Gracilene, mãe de Matheus, ficou tão contrariada que passou a recusar entrevistas. Entretanto, *O Cidadão* mediou a situação e deixava claro para os jornalistas que, se a intenção era publicar uma reportagem preconceituosa e insensível, a mãe não daria entrevista. Muitos se responsabilizaram pessoalmente em cumprir o acordo, outros desistiram da entrevista. Assim, o “Jornal do Brasil”<sup>4</sup>, “O Globo”<sup>5</sup> e “O Dia”<sup>6</sup> cobriram a história de maneira adequada, com a versão dos moradores.

O fato narrado representa mais uma violência cometida pela cobertura irresponsável, descontextualizada e extremamente parcial da mídia comercial. A visão homogeneizadora e estereotipada da favela e do favelado legitimam esta prática na cobertura sobre favelas e periferias. A irracionalidade da empresa jornalística muitas vezes passa para o próprio jornalista. Pessoas que trabalham com temáticas referentes à

---

4Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=237347&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

5Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=237287&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

6Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=237348&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

favela tem sempre uma história para contar sobre situações análogas com jornalistas. Eis o que vivenciou o coordenador do Observatório de Favelas, Jailson de Souza:

Uma vez, uma jornalista me disse que achava um preconceito afirmar que a maior parte da população da favela era envolvida com o crime. Seriam no máximo 30%. Eu disse para ela: “Vamos fazer um exercício. Na Maré vivem 132 mil pessoas. Trinta por cento seriam mais de 40 mil pessoas empregadas no tráfico de drogas e outras atividades criminosas. Quarenta mil pessoas todos os dias dedicadas a roubar, a assaltar, a sequestrar, a traficar etc. Imagine se expandirmos isso para a população de favelas do Rio de Janeiro, hoje situada em 1,3 milhão de pessoas. Daria mais ou menos 400 mil pessoas todos os dias saindo para praticar crimes. Já teriam levado até o Cristo Redentor”. Outra repórter falou em 10%, usei o mesmo raciocínio. Os números continuam absurdos. A irracionalidade dos jornalistas, nesse caso, não tem limites (SOUZA, *in* RAMOS & PAIVA, 2007:93).

Uma das causas para esse olhar criminalizante sobre os espaços populares, apontada pelo Cesec, é a elitização das redações, com a obrigatoriedade dos diplomas de jornalistas desde os anos 70, que, aos poucos, expulsaram os jornalistas de carreira das redações, àqueles que entravam na favela e entrevistavam traficantes, por exemplo. No entanto, a linha editorial do jornal é a norteadora da cobertura jornalística estigmatizante. “O pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha ( localizada na Zona Sul do Rio), o jornal dá a maior importância do mundo”, afirmou um diretor da sucursal Rio de um grande jornal (RAMOS & PAIVA, 2007:79).

Dados levantados pela pesquisa realizada pelo Cesec sobre oito jornais cariocas durante 2006, registraram que a favela é citada em 27% das matérias sobre segurança e criminalidade. Dessa forma, defende o Cesec, “deve ser prioridade para jornais encontrar maneiras de driblar os obstáculos impostos pela violência para o exercício do bom jornalismo. Acompanhar a produção cultural e o esporte nas comunidades é um caminho para estabelecer canais de diálogo” (Idem, 2007:83).

Uma abordagem comprometida com o ser humano só é possível por meio de uma aproximação real, que de antemão reconheça o favelado como pessoa dotada de direitos, um cidadão. O Portal Viva Favela<sup>7</sup>, da ong Viva Rio, por exemplo, em seus dez anos de atuação, deu uma importante contribuição na mediação e interlocução da mídia comercial com a favela, com os seus correspondentes comunitários.

---

<sup>7</sup>Disponível em [www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br). Acesso em 20 de março de 2011.

“Inicialmente, o site apresentava apenas matérias positivas sobre aquelas localidades. Com o tempo, as relações de confiança estabelecidas pelo veículo com os moradores resultaram também em reportagens sobre o tema da violência, que se tornaram fontes de pesquisas para jornais como ‘O Dia’ e ‘Extra’ (RAMOS & PAIVA, 2007:83). No entanto, a equipe foi reduzida consideravelmente por falta de recursos da ONG. O mesmo ocorre com o jornal *O Cidadão*, e isto não é mera coincidência. Por falta de infraestrutura e financiamento, o jornal não circula em sua versão impressa desde 2011, e tem seu trabalho restrito às redes sociais e blog. Assumir a luta pelos direitos humanos como uma prerrogativa editorial é uma atualização comunicacional que gera riscos e desafios tanto do ponto de vista da própria comunicação quanto da sua manutenção. Na “Cidade favela” é urgente uma revisão do seu agir comunicativo.

## **Bibliografia**

ALENCAR, R. P. *Políticas públicas e jornalismo para a promoção do desenvolvimento humano*. São Paulo, 2004.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2010 – O estado dos direitos humanos no mundo*. Porto Alegre: Algo Mais Artes Gráficas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Informe 2011 – O estado dos direitos humanos no mundo*. Porto Alegre: Algo Mais Artes Gráficas, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte:

Oficina de Livros, 1990.

ESTEVES, André de. *O Cidadão, um jornal comunitário na era da globalização*. Tese de mestrado em Comunicação Social – Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2004.

MCLUHAN, Marshal. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, SP: Cultrix, 1969.

O CIDADÃO. Rio de Janeiro, ano I-X, Edições 1-60, junho 1999 – novembro 2009.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

RAMOS, Silvia. PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: Novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Uma teoria da Comunicação Linear e em Rede. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SOUZA, Renata. *O Cidadão e o Complexo da Maré*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação – habilitação em Jornalismo – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Cidadão: um jornal comunitário a serviço de uma propaganda ideológica da favela*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação – habilitação em Publicidade – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.